

a preencher pelos serviços

data de entrada: 05/08/13

N.º: 42600

1. Identificação do Requerente

1.1. Nome

Diocese de Coimbra

1.2 Bilhete Identidade /
Cartão Cidadão1.3 Identificação
Fiscal

500792305

1.4 Morada

Rua do Brasil, 45
3030-175 Coimbra1.5 Endereço
eletrónico

casaepiscopal@diocesedecoimbra.pt

1.6 Contacto
telefónico

239 708 320

2. Local de consulta do Plano

2.1 Internet

☒

2.2 Divisão de Planeamento

☐**3. Identificação da Sugestão / Reclamação**

3.1 Freguesia

União das Freguesias de
Almedina, Sé Nova, São
Bartolomeu e Santa Cruz3.2 Nº Processo na
Câmara
(se aplicável)**4. Elementos em anexo**

4.1 Planta de localização

☐

ODM - Encetado para análise em 500 p/ RP. em 05/08/13

4.2 Outros (indique quais)

5. Observação

7

Sugestão

11

Reclamação

X

Pedido de esclarecimento

7

(Efetuada no âmbito da discussão pública da proposta da 1ª revisão do PDM de Coimbra, em conformidade com o disposto no artigo 77º do D.L. nº 380/99, de 22 de setembro, na redação que lhe foi conferida pelo D.L. nº 46/2009, de 20 de fevereiro)

Ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra,

No quadro da discussão pública em curso, relativa à revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), não podemos deixar de vir manifestar e recordar a posição discordante, já anteriormente assumida, quanto à via prevista, atravessando os terrenos do Seminário Maior de Coimbra, do Centro Pastoral Paroquial e do colégio de S. Teotónio, afetando, ainda, o Paço Episcopal e o colégio Rainha Santa Isabel.

Em nosso entender é (mais) uma ligação entre a Rua dos Combatentes/Alameda Júlio Henriques e a Rua do Brasil/Av. Urbano Duarte que não se justifica, pelas razões a seguir expressas, que, do nosso ponto de vista, fundamentam esta posição e que não podem deixar de ser ponderadas:

- Implicaria a destruição do Centro Pastoral Diocesano (a funcionar nas antigas instalações da Gráfica de Coimbra) e, possivelmente, de mais duas edificações, entre as quais a Casa de S. José (Lar do Clero);
- Provocaria um impacto profundo na encosta, sendo particularmente visível numa enorme extensão, modificando a paisagem desta área da cidade de forma marcadamente negativa;
- Refira-se que esta área está, total ou parcialmente, incluída no corredor ecológico estruturante (Mondego) e em sítio "com potencial arqueológico e outros bens de interesse patrimonial", estando expressamente identificados os edifícios do Colégio Rainha Santa, do Colégio S. Teotónio e Seminário Maior de Coimbra;
- A sua realização afetaria significativamente, para além do Seminário Maior de Coimbra (edifício de meados do séc. XVIII), as instalações do Colégio de S. Teotónio e as áreas envolventes do Colégio Rainha Santa Isabel e o Paço Episcopal (a via passaria a escassos metros e à cota do telhado);
- É uma proposta que parece ter como justificação a criação de mais uma via de acesso à Alta (Pólo I da Universidade), na ligação entre a sua cota e a do rio Mondego (pontes de Santa Clara e Rainha Santa), mas que tem alternativas, com muito menor impacto;
- Efetivamente é hoje reconhecido, que a mobilidade no Pólo I da Universidade e zona envolvente - recentemente classificada como Património da Humanidade - não passa, nem deve passar, pela facilitação da circulação automóvel (aumentando o número de veículos particulares), até porque não seria possível resolver o problema do estacionamento (como já hoje se verifica), o que tem levado ao reconhecimento da necessidade de restringir e regular o acesso e estacionamento nesta área; facilitar o

acesso só iria agravar o problema do estacionamento;

- A solução, como sucede para todas as áreas históricas passa pelo papel e reforço do transporte público, a partir de parques de estacionamento na envolvente e/ou periféricos;

Acresce que se a execução desta via correspondesse a uma efetiva necessidade, não se compreende como passados quase 20 anos, ainda, não tenha sido promovida a sua realização, nem mesmo, tanto quanto julgamos saber, a elaboração do projeto de execução.

Estamos convictos que a necessária avaliação dos impactos/avaliação ambiental (patrimonial, qualidade do ar, ruído e paisagístico) e a determinação rigorosa dos custos da obra/avaliação custo-benefício se encarregaria, no limite, de demonstrar a justeza da nossa reserva e oposição.

Data: 02/08/2013

Assinatura. Aníbal Pimentel Castelhana (Pró-Vigário Geral da Diocese de Coimbra)